



<b>PROCESSO</b>	-
<b>INTERESSADO</b>	CATHIS-CAU/SP
<b>ASSUNTO</b>	Relatoria – I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS
<b>DELIBERAÇÃO Nº 017/2022 – CATHIS-CAU/SP</b>	

A COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CATHIS – CAU/SP, reunida ordinariamente na sede do CAU/SP e com a possibilidade de participação virtual de seus membros pela plataforma Microsoft Teams, nos termos do Despacho PRES-CAUSP nº 001/2021, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 102-B do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a última publicação do Edital de Chamamento Público 006/2019 – PARCERIA PARA TERMO DE FOMENTO (ATHIS);

Considerando a última publicação do Edital de Chamamento Público 006/2020 - PARCERIA PARA TERMO DE FOMENTO (ATHIS) – AÇÕES EMERGENCIAIS – PROJETOS E CAPACITAÇÃO;

Considerando que após a promulgação da Lei Federal n. 11.888, de 2008, inúmeros segmentos da sociedade passaram a atuar no campo da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS, sobretudo as entidades sem fins lucrativos vinculadas aos movimentos de moradia e associações de moradores de assentamentos precários de baixa renda;

Considerando a Deliberação nº 002/2021 aprovada em 21/05/2021 da COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO CAU/SP - CATHIS CAU/SP que compreende parte das Ações previstas no Plano de Ação da Comissão;

Considerando a Deliberação nº 016/2021 que aprova o evento “I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS”.

**DELIBERA:**

1. **APROVAR** o anexo da relatoria do I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS para material oficial da CATHIS.
2. **ENCAMINHAR** essa deliberação à SGO para os encaminhamentos cabíveis.

Com 09 votos favoráveis dos conselheiros Fernanda Simon Cardoso; Débora Sanches; André Luis Queiroz Blanco; Kelly Cristina Magalhães; Maurilio Ribeiro Chiaretti; Renata Frago Coradin; Tatiana Reis Pimenta; Victor Chinaglia Junior e Thais Borges Martins Rodrigues.

São Paulo-SP, 11 de fevereiro de 2022.

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 001/2021, que regulamentou emergencialmente as reuniões virtuais dos órgãos colegiados do CAU/SP, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

**Laís Uchôa Rabelo Mendes**  
ASSESSORA

## **I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS: experiências e formação com apoio do CAU/SP em 2021**

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) é um direito fundamental para a conquista de cidades mais justas e igualitárias, assim como do direito à moradia digna. A Lei Federal 11.888/2008 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos, construção, reforma e ampliação das habitações, como parte integrante do direito social à moradia nas cidades brasileiras.

ATHIS tem se configurado como um campo de atuação fundamental para arquitetas/os e urbanistas, que demanda especial atenção do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Em 2021, o CAU/SP concretizou, através do Chamamento Público nº 006/2020, 16 parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), cujos resultados foram apresentados no **I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS: experiências e formação com apoio do CAU/SP, nos dias 26 e 27 de novembro de 2021.**

O objetivo deste evento foi de divulgar para o público as ações realizadas em 2021, através das parcerias entre OSCs e CAU/SP, fomentando o debate sobre ATHIS e compreendendo os avanços, os desafios e perspectivas para o futuro dessa prática no estado de São Paulo.

### **Programação:**

#### **I Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS: experiências e formação com apoio do CAU/SP 2021**

Data: Dias 26 e 27 de novembro de 2021

Local: Evento online pela plataforma StreamYard\* com transmissão pelo canal do CAU/SP no Portal YouTube

**Dia 26/11/2021 - <https://bit.ly/3kH4rA7>**

**15h às 17:30h**

**15h – Abertura** – vídeo de saudação Daniela Sarmento - Vice-Presidente do CAU/BR e Débora Sanches – Coordenadora Adjunta CATHIS CAU/SP

**15:30h às 17:30h – Sessão I - Apresentações das OSC**

Mediação: Conselheira Débora Sanches (CATHIS CAU/SP)

Relatoria: Tais Tsukumo (IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo)

**ESPAÇO INFANTIL CORRENTE DO BEM** - Mãos e coração para mudar meu caminho

**INSTITUTO PROCOMUM** - Laboratório ATHIS (Vila Margarida)

**INSTITUTO PROCOMUM** - Laboratório ATHIS (Bela Vista)

**PROJETO GERAÇÕES** - Capacitação para projetos e equipamentos de apoio e de moradia de transição para população em situação de rua

**Intervalo: 1h30min**

**19h às 21h - Sessão II - Apresentações das OSC**

Mediação: Conselheira Renata Fragoso Coradin (CATHIS CAU/SP)

Relatoria: Tereza Herling (BrCidades e FAU Mackenzie)

**PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS** - Assistência técnica para melhorias nas condições de habitabilidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo

**MSTC (MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO)** - Assistência técnica habitacional de interesse social (ATHIS) para melhorias nas edificações ocupadas por movimentos sociais de moradia em São Paulo

**PROJETO GERAÇÕES** - Práticas em ATHIS: constituição de um campo profissional no interior do estado de São Paulo - ocupação Jardim Esperança (Araras/SP)

**PEABIRU TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS** - Canteiro-escola autogestionário Rosa Luxemburgo: formação teórica e prática em ATHIS

**Dia 27/11/2021 - <https://bit.ly/3osKZl8>**

**10h às 12h - Sessão III - Apresentações das OSC**

Mediação: Conselheira Tatiana Reis Pimenta (CATHIS CAU/SP)

Relatoria: Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais)

**AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO** - Mitigação dos conflitos fundiários no contexto metropolitano: ocupação Ribeirão Vermelho e ocupação Esperança

**PÓLIS INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ACESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS** - ATHIS de regularização fundiária na defesa do direito à moradia (curso e manual)

**INSTITUTO PROCOMUM** - Colaboradora ATHIS

**AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO** - Capacitação para assessoria técnica na regularização fundiária de interesse social

**Intervalo Almoço: 2h**

**14h às 16h - Sessão IV - Apresentações das OSC**

Mediação: Conselheira Kelly Cristina Magalhães (CATHIS CAU/SP)

Relatoria: Rossella Rossetto Coordenadora COA CAU/SP

**USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO** - Fábrica de elementos pré-moldados leves para ações de assistência técnica (FABLEV-ATHIS)

**AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO** - Da moradia ao bairro: qualificação do meio habitado, arquitetura nos pós ocupação de HIS e as potencialidade da atuação profissional

**MSTC (MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO)** - Projeto de ATHIS para transformação social e cultural, através de espaços comunitários em assentamentos habitacionais vulneráveis localizados em zonas de interesse social

**USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO** - Mutirão e ATHIS: práticas coletivas de produção de habitação social

**16h às 17h – Encerramento: Perspectivas e desafios para a prática da ATHIS em São Paulo**

**Mediação:** Fernanda Simon Cardoso - Coordenadora CATHIS CAU/SP

**Síntese das sessões** - Relatores (7min cada): Tais Tsukumo (IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo), substituída por Débora Sanches; Tereza Herling (BrCidades e FAU Mackenzie); Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais) e Rossella Rossetto Coordenadora COA CAU/SP.

**Convidados:** Antonio Couto Nunes - Assessor da presidência do CAU/BR e Vice-presidente do CAU/SP - Poliana Risso Silva Ueda

Debate encerramento - 20min

## **Relatoria das Sessões**

**Relatoria da Sessão I – 26/11/2021, 15:30h as 17:30h - <https://bit.ly/3kH4rA7>**

**Mediação: Conselheira Débora Sanches (CATHIS CAU/SP)**

**Relatoria: Taís Tsukumo (IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo)**

- **ESPAÇO INFANTIL CORRENTE DO BEM - Mãos e coração para mudar meu caminho**

Murcia Pereira e Isabela Bastos

Vila Brandina/ Campinas - SP

Projeto desenvolvido entre maio e outubro de 2021, foi motivado pela preocupação com a saúde das crianças que, por conta da pandemia e do fechamento das escolas, não poderiam mais frequentar a creche "Espaço Infantil Corrente do Bem" e teriam que passar mais tempo em suas casas, que nem sempre possuem condições adequadas de salubridade e segurança. O projeto envolveu trabalho com as crianças e suas famílias e contou com a participação de 30 arquitetos para o desenvolvimento de projetos de reforma de 56 casas.

A primeira atividade incluiu conhecer as necessidades e desejos das famílias, por meio de um questionário. E também a distribuição de um pequeno livro para as crianças, em que era abordada a situação causada pela pandemia. Foi realizado também um workshop de pintura com as crianças e suas famílias, professoras e arquitetos da equipe.

Posteriormente, os projetos de reforma foram sendo desenvolvidos, passando pelas etapas de estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo, e apresentados às famílias. Ao final do processo, cada família recebeu os projetos completos, com condições de serem executados.

O trabalho permitiu também a coleta de dados e informações importantes sobre as famílias, sua saúde e suas casas. Cerca de 44% das famílias era composta por até 3 pessoas, 33% compostas por 4 ou 5 pessoas e 23% das famílias tinham mais de 6 membros. Predominou na menção a problemas de saúde aqueles relacionados ao sistema respiratório (rinite, bronquite, asma) que tendem a ter forte relação com o ambiente. Do ponto de vista dos problemas construtivos foram citados aqueles referentes à falta de iluminação e ventilação naturais, ao tamanho da casa e à infiltrações e umidade. Outro dado que chama a atenção é que 49% dos imóveis eram alugados, o que traz uma problemática específica para as intervenções de ATHIS.

Do ponto de vista da assistência técnica às famílias, foram destacadas algumas dificuldades:

- Como engajar e se comunicar com as famílias?
- Como conciliar os desejos e expectativas dos moradores com as possibilidades para execução das obras (recursos, casas alugadas etc)?
- Como lidar com problemas estruturais e de posse do imóvel preexistentes?
- Como lidar com a falta de familiaridade dos profissionais com ATHIS?

Como produtos do projeto, além dos projetos executivos de reforma entregues às famílias, foi elaborada uma planilha com os quantitativos de materiais necessários para a execução das reformas, que tem sido utilizada nos contatos com empresas da construção civil em busca de doações para a realização das obras. Também, o projeto foi divulgado nas redes sociais e foi aplicada pesquisa de satisfação, que confirmou um dos impactos gerados pelo projeto de divulgar o trabalho do arquiteto e a lei da assistência técnica em habitação de interesse social. Outro impacto extremamente importante do projeto foi a capacitação dos arquitetos envolvidos para o trabalho em ATHIS.

Como próximos passos, espera-se a participação em outro edital do CAU e vem sendo realizada prospecção de empresas da construção civil para doação de materiais, apoio em capacitação dos moradores para realização de pequenas obras, e ação de voluntariado dos funcionários das empresas para a execução das obras. Além disso, a experiência tem sido objeto de pesquisa de mestrado em andamento.

Foi sugerido ao CAU/SP que aprimore a divulgação e simplifique os editais de ATHIS. Também, que permita a formação de equipes multidisciplinares por meio de seus editais, de forma a contemplar a contratação de diversos profissionais envolvidos numa ação de ATHIS. Como forma de ampliar o alcance e a efetividade das ações de ATHIS, foi sugerida uma aproximação do CAU às instituições de ensino superior, que tem cursos relacionados à temática da ATHIS, e às prefeituras.

- **INSTITUTO PROCOMUM - Laboratório ATHIS (Vila Margarida)**

Ismenia Barreiros e Daniela Colín

O Instituto Procomum foi contemplado em 3 projetos do edital do CAU/SP, sendo dois laboratórios de desenvolvimento de projetos na Vila Margarida e na Bela Vista, comunidades situadas na baixada santista, e uma "colaboradora", responsável por atividades de formação e difusão relacionadas com os projetos em desenvolvimento.

A Vila Margarida, bairro situado em área da periferia de São Vicente, tem uma população de cerca de 28 mil habitantes (IBGE, 2010) e é rodeada de rios e entrecortada por diversos canais. Com uma alta densidade populacional, apresenta perfil desordenado das edificações e ampla área de moradias sobre palafitas, sujeitas a alagamentos.

O Laboratório ATHIS Vila Margarida contou com equipe de 30 arquitetos e desenvolveu projetos em diversas escalas, desde a requalificação urbana até projetos habitacionais. Por conta do período de isolamento imposto pela pandemia, foi necessário trabalhar de forma remota o que trouxe inúmeros desafios para o processo participativo, que envolveu moradores, movimentos e organizações locais.

A proposta de trabalho remoto e a contratação por meio de chamamento público, por outro lado, possibilitaram a participação de arquitetos de diversas regiões do país, o que enriqueceu muito o processo.

Num primeiro momento, foram realizados levantamentos e leitura de dados, com uso de drones e consulta a outros profissionais que já atuavam na área, para reconhecimento e discussão sobre a realidade local. Após a apresentação aberta dos resultados preliminares, os profissionais se auto organizaram em GTs temáticos para desenvolvimento de projetos específicos: requalificação urbana, projeto de edificações, entre outros. Os produtos dos trabalhos foram sistematicamente apresentados para o público em geral nas transmissões online da Colaboradora ATHIS.

O projeto teve como um dos eixos principais os processos de formação, promovidos pela Colaboradora ATHIS. Ali, foi possível promover oficinas que reforçaram a importância do processo de escuta e do trabalho participativo e abordaram os princípios da comunicação não violenta. Também, por conta da atuação simultânea em dois lugares distintos, foram realizados debates sobre suas semelhanças e diferenças, do ponto de vista da atuação da ATHIS. Houve momentos de formação teórica, semanalmente, por meio de palestras de diversos profissionais, e também momentos de troca de saberes entre as equipes de cada laboratório, o que foi muito rico dado que os profissionais trouxeram diferentes bagagens. Tudo isso proporcionou uma aproximação dos arquitetos envolvidos com a comunidade, por meio de reuniões, entrevistas, questionários e até mesmo com oficinas de projeto conjunto com os moradores. Isso possibilitou a compreensão de seus desejos e necessidades e a criação comum dos projetos. Ao final, foi realizada uma exposição dos trabalhos, quando foi possível também ter um retorno dos moradores sobre o processo.

Como principais produtos podem ser citados:

1. Intervenções em espaços públicos:
  - Projeto de revitalização de um espaço de uso público, a “Praça da Rua 23”;
  - Projeto de espaços públicos na Vila Margarida, com enfoque lúdico e de comunicação visual;
  - Projeto de um parque linear e “Praça da Rua 04”, contemplando possibilidade de replicação de seus 4 módulos urbanísticos (praça, feira, horta e playground) em outras áreas do bairro e incluindo áreas para instalação de equipamentos de geração de renda para os moradores;
  - Projeto de Parklets em locais de reunião dos moradores;

2. Projetos habitacionais:
  - Projetos para habitação unifamiliar evolutiva;
  - Orientações de melhorias habitacionais (cartilha) e proposta para melhorias habitacionais através de um projeto modelo, adaptável ao local e à condição financeira do usuário;
  
3. Projeto de áreas comunitárias:
  - Projeto da sede do Instituto Chegados, organização popular com forte atuação no território;
  
4. Ações educativas:
  - Elaboração de cartilhas sobre direito à cidade, manejo de resíduos sólidos e reciclagem;
  - Consultoria para organização e estruturação de iniciativa comunitária para fomento das iniciativas e conhecimentos locais e direito à cidade: a chamada “universidade popular”.

As principais dificuldades apontadas pela equipe dizem respeito ao processo de participação de forma remota, à falta de uma equipe multidisciplinar, à dificuldade de gestão dos recursos, devido a uma rigidez atribuída ao edital do CAU/SP, e a dúvidas sobre como regularizar a atividade do arquiteto junto ao CAU. Essas dificuldades foram contornadas sempre que possível, destacando-se a iniciativa de promover ações junto a instituições de organização popular, de forma a garantir a mobilização e aproximação com os moradores do bairro. Sobre os recursos, foi mencionada a possibilidade de remanejá-los dentro das rubricas predefinidas pelo edital, com alguma flexibilidade, de forma a facilitar a implementação dos projetos.

Para a continuidade e sustentabilidade das ações, foram adotadas algumas estratégias. Primeiro, os projetos foram realizados de forma condizente com as possibilidades financeiras dos moradores da comunidade, prevendo sua autonomia na implementação das ações. Além disso, muitos dos produtos elaborados incluem materiais de instrução, sensibilização e orientação sobre os temas da ATHIS voltados e disponibilizados para a comunidade.

Outra iniciativa que deve contribuir para a continuidade das ações vem da Universidade Estadual de Londrina que, junto com os arquitetos que participaram do projeto, irá desenvolver artigos acadêmicos para registro e discussão sobre o processo.

- **INSTITUTO PROCOMUM - Laboratório ATHIS (Bela Vista)**

Daniela Colin e Samara Freitas

O Instituto Procomum foi contemplado em 3 projetos do edital do CAU/SP, sendo dois laboratórios de desenvolvimento de projetos na Vila Margarida e na Bela Vista, comunidades situadas na baixada santista, e uma "colaboradora", responsável por atividades de formação e difusão relacionadas com os projetos em desenvolvimento.

A comunidade Bela Vista, situada na Vila Progresso em Santos, ocupa uma área de suscetibilidade ambiental desde 2017 e abriga atualmente 116 famílias. Os moradores enfrentam constantes ameaças de despejo e reintegração de posse por parte do Poder Público

e não há perspectiva de diálogo com a gestão municipal na busca de uma solução para o problema habitacional dessas famílias.

O Laboratório ATHIS Bela Vista contou com equipe de 30 arquitetos e desenvolveu diversos trabalhos, incluindo levantamentos de dados, projetos arquitetônicos e cartilhas. Por conta do período de isolamento imposto pela pandemia, foi necessário trabalhar de forma remota o que trouxe inúmeros desafios para o processo participativo, que envolveu moradores, movimentos e organizações locais.

A proposta de trabalho remoto e a contratação por meio de chamamento público possibilitaram a participação de arquitetos de diversas regiões do país, o que enriqueceu muito o processo.

Num primeiro momento, foram realizados levantamentos e produção de dados, com a elaboração de registros técnicos inéditos sobre a comunidade, para reconhecimento e discussão sobre a realidade local, tendo em vista ser uma ocupação mais recente. Esse material é muito importante para a defesa do direito de permanência da população no local, ainda mais considerando que do ponto de vista técnico isso se mostrou viável. Após a apresentação aberta dos resultados preliminares, os profissionais se auto organizaram em GTs temáticos para desenvolvimento de projetos específicos. Os produtos dos trabalhos foram sistematicamente apresentados para o público em geral nas transmissões online da Colaboradora ATHIS.

O projeto teve como um dos eixos principais os processos de formação, promovidos pela Colaboradora ATHIS. Ali, foi possível promover oficinas que reforçaram a importância do processo de escuta e do trabalho participativo e abordaram os princípios da comunicação não violenta. Também, por conta da atuação simultânea em dois lugares distintos, foram realizados debates sobre suas semelhanças e diferenças, do ponto de vista da atuação da ATHIS. Enquanto a Vila Margarida é um bairro consolidado, a Bela Vista é uma ocupação mais recente, com demandas totalmente distintas, em processo de organização. Houve momentos de formação teórica, semanalmente, por meio de palestras de diversos profissionais, e também momentos de troca de saberes entre as equipes de cada laboratório, o que foi muito rico dado que os profissionais trouxeram diferentes bagagens. Tudo isso proporcionou uma aproximação dos arquitetos envolvidos com a comunidade, por meio de reuniões, entrevistas, questionários e até mesmo com oficinas de projeto conjunto com os moradores. Isso possibilitou a compreensão de seus desejos e necessidades e a criação comum dos projetos. Ao final, foi realizada uma exposição dos trabalhos, quando foi possível também ter um retorno dos moradores sobre o processo.

Como principais produtos podem ser citados:

- Mapa da comunidade, realizado por meio de drones e georreferenciamento, demarcando seus limites físicos, topográficos e também as construções existentes, assim como os equipamentos públicos e estrutura urbana da área e região lindeira. Foi possível identificar nesse processo quais construções eram ocupadas por famílias, quais eram desocupadas e ainda, durante o andamento dos trabalhos, observou-se a dinâmica de mudança nessa ocupação territorial, com o desmembramento de lotes até então mapeados de forma diferente a princípio.



- Ampla diagnóstico sobre a área, a partir da produção e levantamento de dados até então incompletos, inexistentes ou desconhecidos, contemplando informações sobre riscos físicos e ambientais dentro do território da ocupação.
- Levantamento sociodemográfico com a colaboração de uma equipe de voluntários. Este levantamento, além de proporcionar melhor compreensão do perfil social da comunidade, atendeu a demanda de informação sobre o número real de moradores da área, além de fornecer para a equipe jurídica que atende a comunidade, os nomes e contato da maioria dos residentes.
- Cartilhas foram desenvolvidas contendo material orientativo para a população local sobre áreas de risco, formas de construção em áreas geologicamente suscetíveis e sobre esgotamento sanitário, alinhados com o desenvolvimento sustentável e as questões de que trata a legislação de ATHIS.
- Planos de ação e propostas para mitigar riscos e promover o equilíbrio entre a comunidade e o meio-ambiente onde se encontra.

Dado o tempo exíguo para desenvolvimento dos trabalhos, algumas ações de continuidade devem ser propostas:

- Oficinas de formação junto às lideranças da comunidade para implementar o conteúdo do material desenvolvido pelas equipes;
- Ações de formação prática, com a produção de protótipos, por exemplo: usar uma moradia para demonstrar alguns exemplos de melhorias habitacionais;
- Roda de debates centradas no conteúdo das cartilhas desenvolvidas que poderiam acontecer junto aos moradores, ONGs, arquitetos, entidades públicas e demais interessados;
- Propor formas de implantar as obras estruturais de contenção e mitigação de riscos (muros de arrimo, escadas hidráulicas, etc);

As principais dificuldades apontadas pela equipe dizem respeito ao processo de participação de forma remota, tanto pela dificuldade de mobilização, dado que foram identificados conflitos internos, quanto pela instabilidade da rede de internet da comunidade. Também foi mencionada a falta de uma equipe multidisciplinar, com profissionais da área de geografia e topografia, e a dificuldade de gestão dos recursos, devido a uma rigidez atribuída ao edital do CAU/SP. Houve também dúvidas sobre como regularizar a atividade do arquiteto junto ao CAU. Essas dificuldades foram contornadas sempre que possível, destacando-se a iniciativa de promover ações de participação com representantes dos moradores, quando se tratava de assuntos operacionais. Sobre os recursos, foi mencionada a possibilidade de remanejá-los dentro das rubricas predefinidas pelo edital, com alguma flexibilidade, de forma a facilitar a implementação dos projetos.

Para os próximos editais e ações do CAU no tema, sugere-se:

- Promover parcerias com o poder público, no sentido de estimular ações de ATHIS e evidenciar o papel do poder público na promoção desse direito;
- Estimular parceria com outros órgãos e conselhos profissionais, o que poderia viabilizar equipes multidisciplinares, algo fundamental no trabalho de ATHIS, seja no âmbito

técnico relacionado à construção civil ou em questões voltadas à assistência social e área jurídica, por exemplo;

- Fomentar a inclusão da ATHIS como tema a ser tratado nos cursos de graduação de arquitetura e urbanismo;
- Promover uma campanha de divulgação e esclarecimento sobre o papel do CAU e sobre o direito à ATHIS para a população em geral.

- **PROJETO GERAÇÕES - Capacitação para projetos e equipamentos de apoio e de moradia de transição para população em situação de rua**

Liana Peres e Rodrigo Duarte (SASP), e Edvaldo (MNLDPSP)

Apoio: Fapesp, Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua, Movimento Nacional da População de Rua, Associação Flor do México, SASP

O projeto de parceria com o CAU/SP propôs a realização de um curso de capacitação para profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo visando a elaboração de projetos de equipamentos de apoio e de moradias de transição para a população em situação de rua. Seu objetivo foi promover o envolvimento do arquiteto e urbanista e a promoção da assistência técnica na temática da população em situação de rua. A proposta teve início em 2017, quando foi feito um convênio entre o SASP e o Escritório Modelo da FIAM-FAAM, envolvendo também o Movimento Nacional da População de Rua. Foram promovidos encontros onde foram debatidos entre os estudantes e as pessoas em situação de rua quais suas necessidades e quais seriam as possibilidades de programa e projeto arquitetônicos. Esses encontros evidenciaram a necessidade de uma aproximação das pessoas do campo da arquitetura e do urbanismo desse público. Por exemplo, foi identificada a moradia como uma das principais reivindicações, mas destacou-se também uma demanda por melhorias e adequações nos equipamentos voltados ao atendimento à população em situação de rua, e também a proposição de outros equipamentos.

Para o desenvolvimento do curso, foram selecionados 8 municípios do estado de São Paulo, onde há maior atuação dos movimentos da população em situação de rua, sendo eles: Ribeirão Preto, São Carlos, Campinas, São Paulo, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, São Vicente e Santos. Desde a elaboração da proposta, os movimentos da população em situação de rua foram ouvidos, o que é um pressuposto do trabalho, que busca sempre estimular e respeitar a autonomia dos participantes.

Houve 474 inscrições para o curso e 191 participantes, de vários estados e municípios do país. Isso permitiu grande interação com outros profissionais e outras realidades e a percepção das demandas diferentes de cada lugar. A troca de experiências entre pessoas de diferentes realidades e regiões do país se mostrou muito rica e deve ser estimulada. Além disso, o curso atraiu pessoas da área da arquitetura e urbanismo em diversos graus de formação, e também profissionais de outras áreas, tais como assistentes sociais e profissionais da saúde, o que enriqueceu muito o debate e contribuiu para a multidisciplinaridade das intervenções propostas.

Apesar das dificuldades no trabalho participativo devido à pandemia de COVID, foi possível visitar todos os municípios de forma a promover as articulações necessárias para a produção do curso e, principalmente, garantir a representação da população em situação de rua em todos os locais. A autonomia que cada grupo teve para construir as oficinas práticas possibilitou que cada

representante pudesse explorar da melhor forma as especificidades de seu território. E isso significou um grande envolvimento de todos os participantes e um aumento no número de projetos inicialmente previstos.

Ao longo da implementação, a ideia inicial de se trabalhar com soluções de moradias de transição e equipamentos de apoio foi sendo expandida, na medida em que as principais necessidades da população em situação de rua, os programas ideais, os serviços que poderiam ser oferecidos por equipamentos, foram sendo discutidos de forma participativa.

As ações se desenvolveram entre abril e setembro de 2021, com uma fase inicial preparatória e de divulgação, seguida da realização do curso (entre junho e agosto), e de uma fase de encerramento. O curso foi composto por 2 momentos principais: primeiro foram oferecidas aulas introdutórias para todos os participantes, seguidas das oficinas de práticas projetuais, realizadas em cada cidade, respeitando-se a autonomia dos participantes e representantes da população em situação de rua, em relação a temas e formatos. Também, houve plantões, quando era possível uma troca entre os participantes do curso e representantes da população em situação de rua.

As aulas abordam temas fundamentais: 1- Realidade da População em Situação de Rua (Representantes MNLDPSP e MNPR); 2- Histórico movimento e Políticas Públicas (Luiz Kohara, Francisco Comaru); 3- Projetos e estudos existentes (Paula Quintão, arquitetos ex-alunos FIAMFAAM); 4- Alternativas sustentáveis para a produção da cidade contemporânea, com foco nas populações vulneráveis (Alcides Barbosa, André Blanco). As oficinas de práticas projetuais extrapolaram as 4 inicialmente previstas (São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto) e abrangeram todas as cidades envolvidas: São Paulo (com 2 projetos), São Bernardo do Campo, Mogi das Cruzes, Santos, São Vicente (com 2 projetos), São Carlos, Campinas e Ribeirão Preto, por conta do envolvimento dos participantes e principalmente dos representantes da população em situação de rua.

Quanto às propostas, resumidamente, foi possível atender às especificidades de cada território, o que ampliou o espectro de propostas produzidas:

- Mogi das Cruzes e Ribeirão Preto: Centro Pop (em Mogi das Cruzes chegou-se em projeto básico) com releitura de equipamento existente, com participação da população em situação de rua. Houve alguma dificuldade de acesso a informações sobre os equipamentos.
- São Paulo - Projeto do MNPR: CISARTE - proposta de incorporação de um centro de apoio à cultura ao edifício existente; e proposta de camping no Parque Dom Pedro I
- São Vicente: projeto de uma “república” e, em Praia Grande, o projeto de uma ecovila na comunidade Jambalaio - um equipamento novo, o que demonstra a atenção da população em situação de rua em relação à questão ambiental e também a importância da escuta de quem vive os lugares na elaboração de propostas.
- São Carlos: espaço plural, programa desenvolvido com participação do pessoal da gestão do Centro Pop, incorporando novas atividades ao equipamento existente
- Campinas, Santos e São Bernardo do Campo: levantamento e mapeamento de áreas para desenvolvimento de projetos, inclusive de moradia

Por fim, ressalta-se a importância da incorporação da população em situação de rua nos projetos e ações do CAU, sugerindo-se inclusive a continuidade do fomento a projetos para esse público,

sua inclusão nos debates da academia e nas políticas públicas, de forma participativa e com autogestão das soluções e propostas, vindo de “baixo para cima”. Um bom exemplo é o caso da proposta de camping em São Paulo, cuja implementação está sendo discutida com a Secretaria de Assistência Social e pode vir a se tornar política pública, a partir de um projeto que contou com o apoio e fomento do CAU/SP.

**Relatoria da Sessão II – 26/11/2021, 19h às 21h - <https://bit.ly/3kH4rA7>**

Mediação: Conselheira Renata Fragoso Coradin (CATHIS CAU/SP)

**Relatoria: Tereza Herling (BrCidades e FAU Mackenzie)**

Em todos os casos foram apresentadas as estruturas organizacionais das entidades que receberam o apoio de ATHIS, e o escopo dos trabalhos. São entidades muito bem estruturadas, contando com organização da comunidade interna para o desenvolvimento de tarefas e com apoio técnico externo (voluntário ou contratado) nas áreas de assistência social, técnica, jurídica, administrativa (financeira e contábil) e, nos casos dos movimentos de moradia da área central de São Paulo, equipes de comunicação (especialmente para disseminar campanhas e combater fake news).

### **Relatos das experiências**

As duas primeiras experiências relataram o apoio de ATHIS pela **FIO ao MSTC** (Movimento Sem Teto do Centro) e pela **Peabiru à FLM** (Frente de Luta por Moradia) em suas ocupações de prédios que não cumprem sua função social na área central de São Paulo.

A partir do incêndio do edifício Wilton Paes de Andrade, em maio de 2018, a prefeitura e a defesa civil iniciaram uma série de vistorias a 51 edifícios ocupados, dos quais 16 de propriedade do poder público. Os movimentos sociais, então, se organizaram para acompanhar as vistorias e evitar um eventual processo massivo de desocupações, uma vez que se iniciava neste momento um processo de criminalização dos movimentos sociais, inclusive com a prisão (comprovada arbitrária) de três de suas lideranças. As assessorias e universidades se organizaram, integrando ações e realizando o curso Ocupathis, promovido pelo Instituto Federal e pelo LabHab (Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). As visitas geraram relatórios técnicos que orientaram a execução de reformas nos edifícios, com recursos dos próprios moradores. Foram organizadas brigadas de incêndio e um curso de prevenção e combate a incêndio em ocupações da área central por iniciativa voluntária da bombeira civil Ana Flores.

Já em 2021, os recursos do CAU para as assessorias Peabiru – FLM e Fio – MSTC foram fundamentais para a construção de diagnósticos, projetos e contra-relatórios, para orientar a continuidade das ações de reforma e adequação às normas de segurança contra incêndio, com ações distribuídas no curto, médio e longo prazo. Vale notar que os investimentos realizados pelos moradores – seja em mão de obra ou recursos financeiros - são altos, em função da idade e estado de abandono dos edifícios.

É notável o trabalho social e de apoio voluntário que essas organizações conseguiram organizar, com a implantação de cursinhos pré-vestibular, vacinação, participação nos conselhos municipais.

Foram produzidas publicações sobre o processo de trabalho e manuais para as famílias sobre segurança contra incêndio, estrutura, arquitetura e seus usos, instalações hidráulicas, de esgoto e elétricas.

O principal desafio para a continuidade das experiências é o de alavancar recursos públicos com continuidade e escala para apoiar a permanência das famílias nos edifícios ocupados e garantir o acesso e permanência da população de baixa renda nas áreas centrais da cidade. O diagnóstico social elaborado pela Peabiru apontou como o custo de vida das famílias diminuiu com o fato de não pagarem aluguel, terem reduzidas despesas com transporte por estarem próximos aos locais de trabalho, com mais possibilidades de obter um trabalho com carteira assinada.

Desmoroamento do WPA – Condec, articulação dos movimentos de moradia para auxiliar as famílias desabrigadas, portaria 353/2018 – grupo executivo intersecretarial – 3 meses visitas técnicas 51 ocupações – 16 imóveis públicos. Visita da prefeitura aos prédios ocupados, rede de assessorias e universidades que participaram das vistorias, pautando a forma como os prédios seriam vistoriados.

O terceiro caso apresentado se refere ao trabalho do **Projeto Gerações no Jardim Esperança, em Araras**. O Projeto Gerações é uma entidade com atuação no interior do Estado de São Paulo, ligada à FACESP (Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), sendo o Jardim Esperança em Araras, uma das cinco comunidades em que atua nas cidades de Campinas, Araras, São José dos Campos e Jardinópolis, com o objetivo de produzir projetos de urbanização em apoio à regularização fundiária.

O Projeto Gerações iniciou suas atividades há 25 anos, com ações de mobilização para pequenas reformas locais em bairros, que deram origem ao projeto maior de urbanização e regularização fundiária dos assentamentos informais.

No caso do Jardim Esperança, o Projeto Gerações contou com apoio de assessoria técnica, parceria com o SASP (Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo), financiamento do CAU-SP e importante apoio da Prefeitura Municipal de Araras.

A comunidade do Jardim Esperança é composta por 52 famílias, ocupou área lindeira ao antigo leito da estrada de ferro da Fepasa, em litígio com a Usina São João, famílias de baixa renda, com 54% delas com rendimentos mensais inferiores a um salário-mínimo.

O levantamento do perfil dos/as arquitetos/as que participaram do trabalho aponta a maioria de recém-formados, vindos de diversas localidades do interior e da capital do estado. Essa assessoria também se articulou com as demais assessorias Peabiru, Fio, Ambiente, Athis na Baixada para cursos e trocas de experiência, inclusive com a participação do curso Ocupathis promovido pelo Instituto Federal e LabHab.

O trabalho de ATHIS contou com a elaboração dos projetos de infraestrutura e urbanização, de apoio ao processo de regularização fundiária – REURB-S, conforme Lei Federal 13.465. Contaram também com a elaboração de projetos de melhorias habitacionais. Foram apresentados à prefeitura e à comunidade e obtiveram sucesso com a promulgação do Decreto Municipal 6.933, de 15/09/2021, que determina a abertura do processo de regularização fundiária urbana de interesse social do Jardim Esperança.

O quarto e último caso foi apresentado pela **Peabiru**, em apoio à **Escola Popular Rosa Luxemburgo, do MST** (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), em assentamento na área rural de Iaras. A assessoria é voltada para a formação e produção de conhecimento, através do

**Curso de Construção Agroecológica**, com a implantação de um canteiro autogestionário na Escola Popular Rosa Luxemburgo.

A construção agroecológica visa associar técnicas de construção com materiais da natureza local com as técnicas de agroecologia. Além de reduzir os impactos ambientais através do uso racional dos materiais, da redução de consumo de energia, água e combustível, a construção agroecológica dialoga com as técnicas da cultura tradicional e popular. Mas, muito mais do que técnicas construtivas, o curso também tem foco nas relações humanas, ao incentivar o trabalho coletivo, a troca e saberes, a autonomia e controle sobre a organização e os custos de produção. As técnicas adotaram a utilização da terra para o adobe e o bloco de terra crua (BTC), do bambu e da madeira, bem como aplicação de vermifiltro como sistema alternativo de tratamento de esgoto.

O assentamento onde foi implantado o canteiro autogestionário fica em área rural situada entre os municípios de Iaras e Agudos, com acesso difícil por estrada de terra e conta com 89 famílias.

Foram realizados oito encontros virtuais com aulas sobre diversos temas e duas oficinas presenciais, uma para tratar das técnicas de produção do adobe e BTC e outra para tratar das técnicas de utilização do bambu e da madeira. Nessas oficinas foi construído um cômodo com paredes em BTC e cobertura em madeira e bambu.

### **Considerações Finais**

O apoio do CAU-SP e CAU-BR é fundamental para o fortalecimento de ATHIS. Para a melhoria dos próximos editais, as assessorias sugeriram incluir apoio de contabilidade e administração de equipes, ao invés de alocar o recurso em equipes com 30 arquitetos, considerada grande e de difícil gestão.

Essas experiências indicam a diversidade de contextos territoriais de cidades paulistas que demandam apoio de ATHIS – contextos urbanos, periurbanos e rurais. As duas primeiras experiências foram desenvolvidas em ocupações da área central da cidade de São Paulo, a terceira em zona periurbana do município de Araras, no interior do estado e a última em zona rural do município de Iaras, também no interior. Todas as quatro têm em comum o apoio técnico às lutas populares pelo acesso à terra bem localizada e ao cumprimento da função social de propriedade, seja em prédios vazios da área central da capital ou glebas de zonas periurbanas ou rurais do interior do estado.

Considerando que os conflitos fundiários decorrentes de uma sociedade pautada no patrimonialismo persistem até os dias de hoje, as experiências apresentadas apontam soluções inovadoras que podem orientar as políticas públicas para a solução da grave desigualdade social que caracteriza a sociedade e as cidades brasileiras. Segundo depoimento de Maura (Comunidade Jardim Esperança em Araras), o apoio da assistência técnica é fundamental para fortalecer as comunidades em sua luta diária e mostrar que “é possível sonhar”.

As quatro assessorias produziram publicações sobre o processo de trabalho. Essas publicações podem ser adaptadas para atingir um público mais amplo, especialmente universidades e demais assessorias técnicas. No entanto, é necessário que essa adaptação considere a necessidade de preservar informações pessoais dos membros das comunidades envolvidas.

Por fim, as/os participantes da sessão homenagearam a bravura e o compromisso das assessorias técnicas e comunidades, que realizaram esse trabalho durante a pandemia,

lançando uma homenagem especial a Aline Mariana Dias Camargo, liderança da Comunidade Jardim Esperança falecida de Covid-19 em setembro de 2021.

**Relatoria da Sessão III – 27/11/2021, 10h às 12h - <https://bit.ly/3osKZl8>**

**Mediação: Conselheira Tatiana Reis Pimenta (Cathis | CAU/SP)**

**Relatoria: Nunes Lopes dos Reis – Arquiteto e Urbanista (Peabiru TCA)**

O evento iniciou-se às 10:00 do dia 27 de novembro de 2021, em formato virtual com transmissão ao vivo para o canal do CAU/SP no Youtube. A conselheira Tatiana Reis Pimenta (Membra da Comissão de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – CATHIS) deu as boas vindas para o público, apresentou a mesa e passou a palavra para a Assessoria Técnica **Ambiente Trabalho para o Meio Habitado** apresentarem uma síntese do projeto **Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança**. O projeto foi desenvolvido em parceria com os Escritórios Modelo Ático (IFSP) e Colmeia (Unesp) e teve como objeto dois assentamentos precários situados no município de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo. Ambos apoiados pelo movimento **Luta Popular**.

A Ocupação Esperança ocupa um terreno privado na zona norte de Osasco e foi formada em 2013. Após um incêndio ocorrido em 2016, a população vem se organizando, sob a liderança da Associação de Moradores da Ocupação Esperança, para reconstrução das casas e elaboração de um plano urbanístico construído com os moradores. Já a Ocupação Ribeirão Vermelho, também localizada na zona norte de Osasco, ocupa uma área pública e abriga cerca de 230 famílias. A comunidade ocupa uma das margens do Ribeirão Vermelho e passou a sofrer ameaças de remoção a partir da perspectiva de execução de uma obra de canalização do córrego proposta pelo Governo do Estado.

Para ambas as ocupações a equipe desenvolveu:

- Relatório Diagnóstico – Informações acerca das características urbanísticas, ambientais e fundiárias da área;
- Cadastramento – Registro de cada morador e sua respectiva área habitacional, bem como a caracterização socioeconômica da família;
- Plano Urbano – Para cada caderno foi desenvolvido, a partir do diagnóstico e cadastramento, bem como de um conjunto de oficinas com os moradores e lideranças, Planos populares de melhorias urbanas, ambientais e habitacionais das ocupações.
- Cartilha de melhorias habitacionais – Documento com um conjunto de soluções e especificações técnicas que tem como objetivo orientar os moradores a respeito das melhorias nas casas.

Os documentos desenvolvidos, além de auxiliar os moradores na melhoria urbana e habitacional das ocupações, foram úteis para:

- Auxiliar os moradores nos processos de reintegração de posse e de desapropriação judicial que a associação da Ocupação Esperança enfrenta;
- Fundamentar pedido de REURB-S já apresentado pela Associação da Ocupação Esperança;

- Fazer uma leitura mais precisa das situações de risco na ocupação Ribeirão vermelho que permitiu (1) negociar o atendimento das famílias em situação de risco preferencialmente nas áreas remanescentes da própria comunidade e (2) viabilizar a regularização fundiária das famílias que não se encontram em situação de risco.

Após a apresentação da Ambiente, foi a vez do **Instituto Pólis** apresentar o curso “ATHIS para o direito a moradia: o papel de profissionais de arquitetura e urbanismo em conflitos pela terra”. O curso, também realizado em formato online por conta da pandemia da covid-19, foi voltado para arquitetos e urbanistas de todo o Brasil e teve 1.510 inscritos, dos quais, 458 alunos foram admitidos. Foram nove encontros realizados de 02 a 30 de agosto de 2021. As aulas passaram por: (1) definições e problematizações sobre os instrumentos de regularização fundiária; (2) as experiências dos planos populares, da Assessoria Técnica em situações de conflito fundiário e das melhorias habitacionais em assentamentos precários, (3) experiências de reformas integrais e melhorias das condições de segurança e habitabilidade em ocupações de prédios da área central e (4) propriedade coletiva: instrumentos e perspectivas.

Por fim, o curso gerou uma publicação intitulada “Athis para o Direito à Moradia”. A publicação é organizada em nove capítulos, cada capítulo traz artigos sobre os temas abordados nas aulas. Os vídeos das aulas ainda estão disponíveis no link [polis.org.br/projeto/athis-direito-a-moradia](http://polis.org.br/projeto/athis-direito-a-moradia).

A apresentação seguinte teve o **Instituto Procomum** que trouxe a experiência da “Colaboradora Athis”. Um programa do instituto que “busca possibilitar um ambiente de trabalho coletivo, colaborativo e um processo formativo livre e plural”.

O projeto consistiu na elaboração e execução de um curso desenvolvido em 12 aulas entre maio e agosto de 2021. O curso foi ministrado para 60 arquitetos e teve 1.600 visualizações no Youtube da Colaboradora Athis. Ao longo das 12 aulas, o projeto passou pelo histórico da Athis no Brasil, experiências de processos participativos e comunicação não violenta, exposições e reflexões sobre o processo de ocupação da paisagem da RMBS e visitou experiências de resistência à reintegração posse e melhorias habitacionais a partir das experiências das comunidades Bela Vista, Vila Margarida (SP) e Barra Longa (MG).

O projeto ainda desenvolveu duas publicações, sendo a primeira um manual de implementação de Athis nos municípios da baixada em três versões: para a população, para o poder público e para profissionais. A segunda publicação reuniu alguns memoriais com sugestão de minutas de lei de Athis a serem implementadas pelos municípios.

Por fim, a **Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado**, retornou com o seu segundo projeto. Dessa vez, uma capacitação para Assistência Técnica na Regularização Fundiária de Interesse Social. O curso atingiu aproximadamente 300 arquitetos de 145 cidades do Brasil. Foram seis encontros em formato virtual onde foram debatidos os desafios, instrumentos, legislação e entraves dos processos de regularização fundiária em habitação de interesse social. Num primeiro momento o curso visitou o histórico da questão fundiária urbana no Brasil, passou pelos instrumentos e legislação atual a aplicação da REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social), debateu as experiências e possibilidades de autogestão na regularização e urbanização e, por fim, abordou a responsabilidade técnica na atuação em Reurb-S e as experiências de aplicação da REURB-S em casos de conflitos fundiários.



O projeto ainda envolveu um debate intitulado “O futuro da Athis em processos de Reurb-S e o papel do Arquiteto e Urbanista” e um seminário que tratou dos desafios para as comunidades, lideranças comunitárias e assessorias técnicas frente ao programa habitacional casa verde amarela e às experiências e conflitos urbanos atuais seja na produção de HIS, nas ocupações de terra nas periferias das cidades ou em ocupações de edifícios nas áreas centrais.

Ao final do seminário, aconteceu uma mesa de encerramento onde conselheiros do CAU puderam dialogar com os relatores sobre os trabalhos apresentados, as provocações para aperfeiçoamento dos próximos editais do CAU e os desafios para a implementação de Athis nos municípios. Entre os assuntos tratados teve destaque o debate sobre a necessidade de se criar ferramentas de publicitação dos trabalhos elaborados pelas OSCs para possam atingir públicos maiores como prefeituras, universidades, movimentos populares, etc. Entre as provocações apresentadas pelas OSCs, apareceram demandas como a necessidade de se lançar editais com prazos de duração mais longos e do avanço em relação à Responsabilidade Técnica em trabalhos de Assistência Técnica para Regularização, melhoria habitacional e Regularização Fundiária.

**Relatoria da Sessão IV – 27/11/2021, 14h às 16h - <https://bit.ly/3osKZl8>**

**Mediação: Conselheira Kelly Cristina Magalhães (CATHIS)**

**Relatoria: Conselheira Rossella Rossetto (COA/CAUSP)**

Após a abertura pela Conselheira Kelly Cristina Magalhães houve as apresentações das OSC na seguinte ordem:

USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO - Fábrica de elementos pré-moldados leves para ações de assistência técnica (FABLEV-ATHIS)

AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO - Da moradia ao bairro: qualificação do meio habitado, arquitetura nos pós ocupação de HIS e as potencialidade da atuação profissional

MSTC (MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO) - Projeto de ATHIS para transformação social e cultural, através de espaços comunitários em assentamentos habitacionais vulneráveis localizados em zonas de interesse social

USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO - Mutirão e ATHIS: práticas coletivas de produção de habitação social

A seguir farei um breve resumo das apresentações e depois, apresentando a fala de encerramento, os aspectos que destaquei como relatora desta mesa.

- **USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO - Fábrica de elementos pré-moldados leves para ações de assistência técnica (FABLEV-ATHIS)**

**OBJETO:** trata-se de proposta de criar protótipos para a fábrica de pré-fabricados junto ao Mutirão Carolina Maria de Jesus, cuja localização é privilegiada quanto à mobilidade e ao acesso à infraestrutura e serviços, ao lado da estação do metrô Belém.

Os recursos do CAU permitiram viabilizar: i) os projetos de elementos pré-fabricados leves integrados ao projeto do Conjunto Carolina que possam ser também, posteriormente,

replicados em residências já construídas em outras localidades; ii) o estudo da viabilidade de implantação da fábrica no local; iii) a construção do protótipo relativo à forma metálica dos batentes das portas.

Foram feitos projetos de shafs e batentes além de jardineiras de vedação dos apartamentos e bancada da cozinha.

Foi desenvolvido também, o projeto executivo de protótipo dos batentes, cuja forma metálica foi enviada para moldagem.

**PROCESSO:** a pandemia e a exigência de contratação de 30 arquitetos levou a OSC a criar um novo método de trabalho, em que a maior parte das reuniões foi virtual, com dias fixos de reuniões, cronograma e produtos previamente acertados. Além disso, foi necessário formar as equipes e estabelecer coordenadores por tipo de trabalho além da contratação de consultores. Cada etapa de trabalho, rumos e desafios, envolveu a discussão e definição conjunta com o movimento social.

**DIFICULDADES APONTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERMO DE FOMENTO:** foram relatadas questões referentes ao trabalho virtual e também a reorganização para trabalhar com equipe tão grande (30 novos arquitetos)

**CONCLUSÕES:** Foram apresentados alguns pontos de avaliação de natureza diferente: no que se refere ao CAU/SP entendeu a OSC que houve a abertura de um diálogo direto entre a instituição e as necessidades dos movimentos sociais. Entendem que a ampliação do contato de jovens arquitetos com a prática profissional de ATHIS, por meio da contratação de 30 profissionais para a elaboração dos trabalhos, teve retorno positivo, gerando experiência e aprendizado.

No entanto, o bloqueio dos recursos federais tanto para a obra quanto para o canteiro (fábrica) cria grandes dificuldades para a continuidade do mutirão que havia sido contratado pelo Minha Casa Minha Vida entidades e para a viabilização dos pré-moldados leves conforme havia sido planejado.

- **AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO - Da moradia ao bairro: qualificação do meio habitado, arquitetura nos pós ocupação de HIS e as potencialidade da atuação profissional**

**OBJETO:** O termo de fomento está pautado no trabalho em ATHIS no pós ocupação do conjunto Alexio Jafet, com 1104 moradias. Por meio desse, buscou-se projetar e planejar a ocupação dos apartamentos padrão para as famílias participantes do movimento social, de acordo com a composição de cada família e o estágio de obra de cada associação.

Como parte do atendimento, foi elaborado relatório individual, e foram entregues para cada família, a caderneta com o registro do atendimento individual e os desenhos elaborados pelos arquitetos. Por fim, foi elaborado um manual de boas práticas e uma lista de contato de prestadores de serviços cuja sistematização deverá ser veiculada por whatsapp.

O conjunto Alexio Jafet foi financiado pelo programa Minha casa Minha Vida - entidades e encontra-se com os lotes de edifícios em estágios de obra diferenciados (uns em fase de acabamentos e outros, em fase inicial). Receberá famílias pertencentes a três associações - Associação por Habitação com Dignidade, Oeste/ Noroeste e Anjos da Paz.

**PROCESSO:** O atendimento foi feito em um apartamento do conjunto e as famílias de cada associação foram recebidas por 20 arquitetos e assistentes sociais da equipe da OSC. As famílias receberam atendimento direcionado, com foco as necessidades do momento de obra e dentro do apartamento padrão para facilitar a visualização da ocupação.

Para poder incorporar os novos arquitetos no processo, as primeiras ações da OSC foram no sentido de capacitá-los. Dos quatro cursos de formação, três deles, foram organizados na obra e tiveram como objetivo apresentar questões técnicas diretamente relacionadas ao atendimento de cada família de acordo com cada projeto e lote.

**CONCLUSÕES:** A OSC entendeu que a parceria com o CAU proporcionou a oportunidade de aproximar a prática profissional dos arquitetos da realidade dos trabalhadores que compõe o movimento social, vivenciando suas necessidades e interagindo com eles como clientes. Por parte das famílias atendidas também houve uma ampliação do modo como viam os arquitetos até aquele momento. A maior parte das famílias desconhecia a atuação do arquiteto nessa fase do trabalho, mostrando-se surpresos com a possibilidade de orientação e também, contentes por se sentirem ouvidos e acolhidos em suas necessidades.

- **MSTC – Movimento Sem Teto do Centro/FIO Assessoria técnica popular**

**OBJETO:** O termo de fomento concedido ao MSTC por meio da Casa Verbo e a FIO Assessoria refere-se à proposta de desenvolver projetos de qualificação para espaços de uso comunitário, por meio de processos coletivos de cooperação que fomentem a organização social local. Esse trabalho se deu em cinco assentamentos localizados na região periférica de São Paulo: Jardim Cibele (Zona Leste); Conjunto Vila Nilo (Zona Norte); Jardim Piratininga (Zona Oeste); Comunidade da Portelinha (Zona Sul); Comunidade da Ilha das Cobras (Vila Prudente/ Zona Leste). A FIO Assessoria em sua apresentação mostrou projetos de centros comunitários a serem construídos nas áreas citadas.

**PROCESSO:** os projetos partem das demandas de cada comunidade, por meio da inclusão e do envolvimento das lideranças e da população local na discussão das prioridades e da viabilidade da solução. Essa interação teve como objetivo chegar a um projeto de centro comunitário, mas de forma complementar, e como parte fundamental da assistência técnica para habitação de interesse social, foram estabelecidas previamente, ações de formação em tecnologia social. Essas tiveram o início com o levantamento de um conjunto de informações importantes sobre o local, a população e o espaço em que essa comunidade vive. Foi a forma também de construir um quadro de ferramentas para a ampliação das conquistas pelas associações de moradores, e assim fortalecer suas demandas por melhor qualidade de vida. A abordagem adotada baseia-se no envolvimento da comunidade, formação política e desenvolvimento de estratégias de qualificação do ambiente habitado em todas as suas esferas.

**DIFICULDADES APONTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERMO DE FOMENTO:** uma das questões apontadas refere-se à gestão da equipe, relativa a 60 arquitetos contratados em 2 termos de fomento vencidos pela assessoria levando à necessidade de organizar um processo de gestão da equipe, administração e de contabilidade dos recursos e do contrato. Foi apontado também que o trabalho das equipes técnicas acabou sendo sub-remunerado sugerindo a revisão desse quesito nos termos do edital.

**CONCLUSÕES:** Para essa assessoria a formação política não é dissociada do levantamento das características das comunidades, suas necessidades e problemas. O trabalho de ATHIS é múltiplo e interdisciplinar quando visa a consciência junto com a melhoria das condições de vida. De forma concreta, os trabalhos iniciados junto às comunidades da periferia apontam possíveis desdobramentos, como por exemplo, a regularização fundiária das comunidades.

- **USINA CENTRO DE TRABALHOS PARA O AMBIENTE HABITADO. Mutirão e ATHIS, práticas coletivas de produção da habitação social**

**OBJETO:** O termo de fomento refere-se à organização de um curso e um seminário denominado Mutirão e ATHIS, práticas coletivas de produção da habitação social. O curso de 8 aulas versou

sobre os seguintes temas: terra; tecnologia e projeto; políticas públicas; financiamentos; obra e gestão. O seminário por sua vez, foi constituído de mesas para debater temas mais amplos ligados à cidade e à sociedade: gênero; raça; pandemia; experiências latino-americanas.

**PROCESSO:** os arquitetos contratados envolveram-se na organização do curso e seminário. O curso contou com 213 inscritos dos quais 60% eram de São Paulo - estado e capital – e dos demais 40% vieram de 10 estados brasileiros. Foram chamados convidados externos de diversas áreas e com atuação diferente para poder ampliar o debate e oxigenar a discussão. Devido à pandemia foi necessário o uso de infraestrutura digital para viabilizar acesso: nuvem, aplicativos de reunião, armazenamento e segurança digital.

**CONCLUSÕES:** Segundo a OSC houve um bom aproveitamento por parte dos arquitetos inscritos no curso. Mostrou-se acertada a proposta de debater ATHIS a partir de experiências práticas e concretas. O CAU nesse sentido teve papel fundamental mostrando-se um agente fundamental para que o tema fosse debatido.

Os projetos apresentados na mesa IV trouxeram formas inovadoras de atuação dentre as várias possibilidades relacionadas à prática de ATHIS. Inicialmente é interessante notar que cada projeto focou momentos diferentes do processo construtivo: processo inicial de conhecimento e identificação de prioridades na comunidade (MTSC), canteiro de obra (Usina Fablev), acabamentos e mudança para a moradia (Ambiente) e reflexão dos caminhos de ATHIS (Usina). Todos convergem na intenção de construir novos paradigmas ao direito social à moradia garantido pela Constituição Federal em seu artigo 6º.

Da apresentação da Fio Assessoria destaco os projetos de sedes comunitárias da associação em espaços públicos da comunidade uma vez que o trabalho junto às famílias não se restringe às quatro paredes da casa, em especial quando envolve a conscientização da população. Dentre esses projetos pontuo as propostas de construção modular tão importantes para a replicabilidade em outras situações.

Nesta linha de inovação e produtividade, a experiência da Usina com a fábrica de pré-moldados leves é, ao meu ver, um promissor caminho a ser seguido em conjuntos com pouca área de canteiro e cuja população quer imprimir velocidade e qualidade à construção. Noto que o mutirão Carolina de Jesus é ligado ao movimento da Leste 1 que foi pioneiro em muitos sentidos. Nos anos 1990 implementou no canteiro do Jardim São Francisco (zona leste de SP), uma fábrica de pré-moldados que além de garantir batentes, espelhos de escada, soleiras e outros itens, foi uma grande formadora de mão de obra. É importante lembrar que no mesmo período (gestão Luisa Erundina) havia outra experiência em curso coordenada pela arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima, com peças pré-moldadas utilizadas na urbanização de favelas em São Paulo.

Entre as ações apresentadas pela Ambiente Assessoria saliento o método sempre preciso de trabalho dessa assessoria. Além do trabalho coletivo de decisão e autogestão que caracterizam as obras de mutirão, o termo de fomento foi voltado a possibilitar o atendimento personalizado no momento do ingresso/ ocupação da moradia, gerando soluções para os acabamentos e organização espacial do mobiliário, elaborando uma caderneta de atendimento e um manual de boas práticas e de fornecedores a ser utilizado por WhatsApp. Não causa espanto a avaliação da população ter sido positiva.

As reflexões e as várias experiências vivenciadas pelas assessorias convergiram em relação ao item do edital que impôs a contratação de 30 arquitetos. A contratação desse contingente de novos arquitetos junto com as restrições de circulação durante a pandemia, acabou levando a

um rearranjo na forma de trabalhar da OSC, tanto com a formulação de métodos online e remotos de trabalho, incorporação de novas tecnologias de trabalho coletivo, como uma organização mais rígida das equipes, horários e prazos de entregas.

A avaliação trazida, no entanto, foi positiva. Permitiu que novos arquitetos jovens tivessem experiência em atuar próximos às demandas sociais, ampliando o mercado de trabalho junto à população vulnerável social e economicamente, como é missão estabelecida pela lei de Athis. Mostra também que as soluções que se requerem nesse campo de trabalho, não passam pelo desenho autoral, mas pelo arquiteto que sabe trabalhar em conjunto com a população e com outros profissionais. É espaço para o arquiteto que mantém a sua especificidade profissional, mas que acredita que o resultado coletivo é sempre o melhor resultado possível.

A avaliação positiva leva-me a propor que nos próximos editais seja pensado um percentual destinado a cobrir a gestão de pessoal e contabilidade e que se avalie os vários aspectos da questão da contratação de uma quota de novos profissionais para o responder o edital. Se por um lado é possível considerar um acerto a contratação de novos profissionais, tendo em vista a política de difusão da prática de ATHIS e a formação de novas assessorias pelo CAU - estima-se que nos 10 Termos de Fomento do lote 1, cerca de 300 jovens arquitetos foram introduzidos nessa prática profissional – por outro, o intenso trabalho junto à comunidade em geral, que requer dedicação também nos fins de semana, não pode se basear no trabalho sub-remunerado ou voluntário. Enfim, aprendizados contínuos no avanço da prática de ATHIS ampliando o mercado de trabalho do arquiteto e algumas reflexões sobre o papel do CAU junto à sociedade.